

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004901-69.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **DEBORA VALLILO SIQUEIRA**
Requerido: **Sandra Elisa Piccin Trevisan**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

De início, mantenho a decisão de fl. 44, item 1, no que concerne a dar por justificada a ausência da autora à audiência de conciliação que se realizou.

Isso porque o documento de fl. 29 atesta que ela se matriculou na Universidade Federal de Santa Catarina em disciplina lá indicada no segundo semestre de 2017.

Assim, e tomando em conta que o início desse semestre sucedeu em 31 de julho (fl. 30), conclui-se a impossibilidade da autora comparecer à audiência que teve vez no dia 02 de agosto (fl. 44), não assumindo maior relevância que dados específicos a propósito da propalada entrevista de emprego não tenham sido amealhados por ela.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não se pode olvidar, ademais, que a ausência da autora não trouxe prejuízo algum à marcha do processo e muito menos ao réu, de sorte que não sua penalização não se afigura razoável.

No mérito, é incontroverso que o acidente noticiado aconteceu no estacionamento do Shopping Passeio São Carlos no momento em que o automóvel que a autora dirigia saía de onde estava parado, em marcha à ré.

O embate então atinou a outro automóvel conduzido pela ré e que passava pelo local.

A autora imputou à ré a culpa pelo episódio.

Para compreender a dinâmica por ela apresentada, é elucidativo o trecho da réplica em que, ao analisar a posição em que os veículos foram danificados, asseverou:

"Dessa forma, as imagens dos locais exatos dos danos dão coerência lógica real da dinâmica da colisão, pois evidenciam que a Autora, que já ocupava toda a faixa da direita da via com seu veículo, já e somente desse modo possuía condições de reorienta-lo, como o fez, saindo da posição de linha reta perpendicular à via para o sentido da via, deslocando a traseira do veículo Saveiro para a sua direita e a frente do veículo para a sua esquerda, rumo ao sentido da via.

Dessa forma, fica evidente a relação de causalidade e responsabilidade da Ré na colisão: a Autora já havia iniciado a manobra quando estava quase por finalizá-la foi surpreendida atrás pelo veículo da Ré, que adentrou na via assistindo a Autora em manobra e arriscou a passagem entre os veículos" (fl. 67, último e penúltimo parágrafos).

Em contraposição, a ré na peça de resistência assinalou que trafegava regularmente quando foi atingida pelo automóvel da autora, anotando que esta não a visualizou ao encetar a manobra em marcha à ré.

As partes externaram o desinteresse pela produção de prova testemunhal, ao passo que as fotografias de fls. 66, 67 e 69 mostram os lugares de impacto nos automóveis envolvidos na ocorrência.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Com efeito, entendo que a responsabilidade pelo acidente deve ser proclamada em desfavor da ré.

Na verdade, é preciso ter em mente de início que o sítio da ocorrência impõe a todos os condutores cuidado redobrado na condução de seus veículos porque a possibilidade de abalroamentos, por sua proximidade, é clara.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Outrossim, tendo a autora estacionado o automóvel de frente, somente poderia deixar a vaga em marcha à ré, como efetivamente sucedeu.

Assentadas essas premissas, é certo que se a autora tivesse surpreendido a ré com manobra abrupta a situação dos veículos seria diversa da exibida nas fotografias mencionadas, porquanto ou a autora com a parte traseira do automóvel que dirigia atingiria a lateral direita do automóvel da ré ou seria colhido pela parte frontal deste.

Em consequência, a condição dos veículos confere verossimilhança à explicação da autora, vale dizer, ela saíra quase totalmente da vaga e quando já deslocava a traseira para a direita, com o intuito de seguir para a esquerda, foi colhida quando a ré tentou ultrapassá-la.

Somente isso daria sentido aos danos mostrados exatamente na parte lateral direita frontal do veículo da ré e na parte traseira lateral esquerda do veículo conduzido pela autora.

É importante registrar, além disso, que a ré tinha plena visibilidade do trânsito à sua frente, reunindo condições para perceber a trajetória da autora.

Significa dizer que deveria a ré aguardar o desfecho da manobra da autora e se preferiu seguir em frente para ultrapassá-la assumiu o risco da batida, como aconteceu, por sua imperícia.

Caracterizada a culpa da ré, o ressarcimento dos danos suportados pela autora é de rigor, mas se fará não nos moldes postulados na inicial e sim na forma constante da réplica.

Assim, os danos materiais deverão ser estipulados no importe de R\$ 1.145,00, menor valor dentre os orçamentos de fls. 11/13.

A apresentação de orçamentos é suficiente para delimitar a extensão dos prejuízos, até porque o veículo conduzido pela autora ao que consta ainda não foi consertado (fl. 68, último parágrafo).

Os danos morais, por fim, não se detectam na hipótese na medida em que não ficou delineado o abalo de vulto sofrido pela autora em decorrência do evento noticiado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.145,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2017 (época de elaboração do orçamento de fl. 11), e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 30 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**